



CONSTRUINDO MATERIAIS E RECONSTRUINDO CONCEITOS E VALORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Rosana Henriques Pinto Selvatici¹
Simone Moreira de Moura²

INTRODUÇÃO

A dificuldade do professor regente em conceber o aluno com necessidades educacionais especiais não como um problema, mas sim como um sujeito que requer um atendimento especializado; pode traduzir-se em barreiras atitudinais frente à inclusão deste no ensino regular.

Esta consideração nos leva a pensar na não visualização de novas estratégias, por parte do professor, no ensino das disciplinas e a não oportunização de sua inserção no processo de aprendizagem do aluno.

Nesta direção, vale ressaltar que a escola tem seu papel social e deve ser co-responsável pelos seus integrantes, inserindo-os como cidadãos autônomos e conscientes, além da responsabilidade pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, portanto, deve atender a todos sem exceção.

O trabalho do professor de apoio em sala de aula ou itinerante, além de sua atuação no contexto de sala, torna-se relevante quando promove ações pedagógicas baseadas na interação professor e aluno com necessidades educacionais especiais motivando o educador a entender as diferenças individuais e a buscar adequações aos diferentes ritmos de aprendizagem.

A elaboração de materiais adaptados para atender o aluno com deficiência física/neuromotora e às possíveis dificuldades de aprendizagem decorrentes, envolve um

¹ Professora da Rede Estadual de Ensino, atuando como professora itinerante na área da Deficiência física/neuromotora e na área intelectual. Contato: rosanahps@seed.pr.gov.br

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Contato: simonemoura@uel.br

repensar do fazer pedagógico, que juntamente com o professor de apoio permanente ou itinerante, deve ser contemplado.

A adaptação de materiais e a criação de novas alternativas didático-pedagógicas oportuniza, ao professor, revisão da sua metodologia de ensino. Esse processo envolve não somente o cognitivo, mas o emocional e afetivo redimensionando as interações sociais (professores, alunos com necessidades educacionais especiais e alunos da sala) no contexto escolar.

DESENVOLVIMENTO

Este artigo tem como objetivo motivar a reflexão sobre a importância da co-participação do professor regente no trabalho desenvolvido pelo professor de apoio e/ou itinerante no atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais, mais especificamente com deficiência física/neuromotora. Esta parceria favorece a busca de alternativas didático-pedagógicas, ampliando novas possibilidades para o ensino-aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais com deficiência física/neuromotora e atendendo as possíveis dificuldades de aprendizagem.

A dificuldade por parte do professor regente em conceber o aluno com necessidades educacionais especiais não como um problema, mas como um sujeito que requer um atendimento especializado, pode traduzir-se em barreiras atitudinais frente à inclusão deste no ensino regular. BERSCH e MACHADO (2007, p.21) afirmam que;

atitudes como a adequação do ambiente suprindo suas necessidades básicas, eliminando barreiras de aprendizagem e provendo os meios de acessibilidade, o aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente e não necessariamente seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos.

Nesta perspectiva torna-se relevante a análise e compreensão das práticas pedagógicas que são utilizadas no trabalho com pessoas com deficiência física/neuromotora. "O material pedagógico adaptado propicia a interação, convivência, autonomia e independência nas ações, aprendizado de conceitos, melhoria de auto-estima e afetividade" (GÓES, 2008).

Nesse sentido, há a necessidade do professor da sala comum melhor conhecer as condições adversas que este aluno enfrenta no seu cotidiano escolar, tendo sido esse (re) conhecimento, o fio condutor das discussões e análises feitas durante os encontros realizados no Grupo de Estudos intitulado: Construindo Materiais e Reconstruindo Conceitos e Valores na Educação Inclusiva, cujo objetivo maior foi propiciar ao professor regente o repensar de sua prática pedagógica frente aos desafios da escola no contexto atual.

Na apresentação do Projeto aos professores da escola houve bastante interesse e aparente disposição em iniciar a formação do grupo, porém, durante as inscrições a adesão por parte dos professores do ensino regular, foi muito baixa. O grupo formado, em sua maioria, por professoras da educação especial alterou, em parte, o perfil dos participantes e conseqüentemente as discussões sobre o assunto, que tinha como objetivo esclarecer ao professor do ensino regular, que recebe um aluno em condições especiais, sobre as possíveis dificuldades de aprendizagem e com isso minimizar a não aceitação do aluno com comprometimento físico/neuromotor e/ou outra deficiência.

Um questionário aplicado no início da formação do grupo apontou a dificuldade dos professores e demais profissionais envolvidos com a escola em atender o aluno em suas necessidades educacionais especiais, com isso, deixando de promover um ambiente e condições favoráveis para o desenvolvimento desse aluno.

A partir desse levantamento, evidenciou-se a necessidade de refletirmos sobre as nossas práticas pedagógicas, que correspondem a tudo que realizamos na escola no nosso dia-a-dia e que são influenciadas por diferentes vivências e experiências individuais.

Analisar o papel da escola também é entender a inclusão e as relações existentes entre mudança política e a educação. A escola está inserida num contexto sócio-político-econômico indicando diferentes caminhos para o entendimento e análise da escola pública. A escola tem um papel social responsável não apenas pela democratização do acesso aos conteúdos historicamente construídos, mas é co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus integrantes, inserindo-os como cidadãos autônomos e conscientes na sociedade. Portanto deve responsabilizar-se em trabalhar as diversidades que chegam à suas salas buscando incluir os alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular requer mudanças conceituais, de valores, de percepção sobre a capacidade de

aprendizagem dos alunos. As escolas, que somos todos nós, têm que estar aberta para vencer o desafio, e um dos possíveis caminhos diz respeito a um trabalho pedagógico cooperativo.

Conforme análise de Aquino (1998, p.8):

O maior problema enfrentado pela escola brasileira vai exatamente na direção contrária da premissa de inclusão: “o fracasso escolar”, materializado não apenas nos altos índices de reprovação e evasão, mas também na indisciplina discente em sala de aula e na iminência de perda da credibilidade profissional (e do valor social, portanto) que paira sobre a categoria docente. [...] Qualquer pessoa ligada à educação hoje, quer como profissional, quer como clientela imediata, quer como público mais geral sabe muito bem que o fracasso escolar é o sintoma mais evidente de uma espécie de “crise estrutural” pela qual passa a escola brasileira. Sabemos todos diagnosticar que esta não vai bem, mas não sabemos direito a extensão e as modulações da “crise”. De todo modo, o resultado fundamental disso é que mais da metade da população de crianças que entram na escola não consegue concluir o primeiro grau.

Diante desse quadro, somos convocados como profissionais da educação a revermos nossas ações, repensarmos nossa ética profissional para que não transformemos a busca de uma escola de qualidade para todos em utopia, gerada pelo conformismo e justificativas que só perpetuam o fracasso escolar.

Barroso (2003, p. 27) nos mostra que

são múltiplas as formas de exclusão fabricadas pela escola e aponta quatro modalidades: a escola exclui porque não deixa entrar os que estão fora: a escola exclui porque põe fora os que estão dentro: a escola exclui incluindo: a escola exclui porque a inclusão deixou de fazer sentido.

A partir da Declaração de Salamanca, de 1994, é ressaltada a importância da inclusão da maior diversidade possível de alunos, dando continuidade à Declaração de Jontiem que teve como finalidade precípua estabelecer princípios, diretrizes e marcos de ação para que todas as crianças do mundo pudessem ter satisfeitas as necessidades básicas de aprendizagem.

Nesta direção, ao se refletir sobre as necessidades básicas de aprendizagem, como direito, importante repensar, como sinaliza Bueno (2008), se tal oferta se restringiria às necessidades básicas a todas as crianças, uma vez que ao nos aprofundarmos, verificamos que os processos de escolarização atendem às necessidades dos alunos das

classes favorecidas, que ultrapassarão o estágio das necessidades básicas de aprendizagem.

Diante esta afirmação, as perspectivas são as mesmas tanto para os alunos com ou sem deficiência, porque não há diferença em ambas situações, pois refere-se a oferta de um ensino deficiente, por isso os baixos resultados alcançados na apropriação do conhecimento científico.

Numa escola de qualidade as pessoas têm a possibilidade de desenvolver suas habilidades, aprendem a ser críticas e exercem seu papel na sociedade com autonomia e consciência.

A inclusão não é algo especial ou diferente, muito menos um método, como nos fala Stainback (2005). Muitos educadores estão em busca de instruções para a inclusão. A inclusão é o que almejamos a todos os alunos, pois cada um é singular em suas potencialidades e limites.

De acordo com Stainback (2005, p. 23):

Em uma escola inclusiva, todo membro da comunidade escolar, adulto ou jovem, é tratado com dignidade e respeito, é acolhido e pertence a ela. Existe ajuda recíproca entre todos os membros da escola. Cada um é reconhecido tanto como provedor quanto receptor de ajuda. A ansiedade e o medo de fracasso, o isolamento e a zombaria diminuem. As diferenças entre alunos e outros membros escolares são reconhecidas e utilizadas como fonte desejável de capital de aprendizagem, e não como um problema.

Fator fundamental do sucesso da escola inclusiva, portanto, é a mudança de atitude para que a inclusão não acabe virando uma inclusão marginal.

Conhecer as condições físicas dos indivíduos e suas potencialidades é importante para que não transformemos a deficiência em uma incapacidade. Não somente a condição física (alteração da estrutura e função do corpo biológico) pode impedir ou restringir a vida social e funcional do indivíduo, mas os aspectos psicológicos, educacionais e sociais também determinam possibilidades de impedimento no desenvolvimento de habilidades e de inserção social do aluno com deficiência.

Nesta direção:

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo

com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (BRASIL: MEC/SEESP, 2006, p. 29).

O aluno com deficiência física/neuromotora requer a organização do contexto escolar, por meio da eliminação das barreiras que o impedem de exercer o direito à educação. Desenvolver a educação inclusiva na escola é buscar, com criatividade, alternativas para que o aluno realize o que deseja ou precisa; é encontrar estratégias para que este possa fazer de outro jeito; é valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades.

Ao refletirmos sobre a importância dos materiais pedagógicos como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem, não devemos deixar de considerar as contribuições de Vygotsky que concebe o desenvolvimento humano nas relações sociais e em seu caráter histórico-cultural por meio da experiência social.

Ao assumir a concepção histórico-cultural, devemos privilegiar as atividades que atuem nas potencialidades dos sujeitos, devendo-se dar ênfase às interações sociais, bem como reconhecer o valor da heterogeneidade do grupo com o qual se trabalha; sendo as interações professor/aluno, aluno/aluno, cruciais para o processo de aprendizagem, pois ampliam a capacidade cognitiva do aluno através das trocas, enriquecendo e ampliando o desenvolvimento, este compreendido como processo.

Nesta perspectiva, a obra intitulada Fundamentos de Defectologia (1983), tem como foco os aspectos qualitativos do desenvolvimento da criança com deficiência, rejeitando as caracterizações descritivas e quantitativas. O funcionamento humano, vinculado a alguma deficiência, depende das condições concretas oferecidas pelo grupo social, que podem ser adequadas ou empobrecidas. E aqui reside a importância do papel do professor, na medida que, não é o déficit em que traça o destino da criança ; este é construído pelo modo como a deficiência é concebida, pelas formas de cuidado e educação que lhe são propiciadas.

Tais reflexões subsidiaram os trabalhos durante o desenvolvimento de materiais pedagógicos de pequeno porte, ou baixa tecnologia. Estes assim definidos, por encontrarem-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo

autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância. (Adaptações Curriculares, Brasília MEC /SEF/ SEESP, 1999).

As áreas em que as adaptações podem ser implementadas passam pela promoção do acesso ao currículo, objetivos de ensino, conteúdo ensinado, processo de avaliação e temporalidade.

Conforme Góes (2008), alguns aspectos importantes devem ser considerados em relação à implementação do material pedagógico adaptado: a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula, a seleção, adaptação e utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem, o planejamento das estratégias de ensino, a pluralidade metodológica (ensino e avaliação) e a flexibilização da temporalidade. Góes (2008) define, o material pedagógico adaptado como “ferramenta e não como fim, e que propicia a interação, convivência, autonomia e independência nas ações; aprendizado de conceitos, melhoria de autoestima e afetividade”. As adaptações são aquelas que poderão ser modificadas no currículo e pelo educador.

Já as intervenções devem responder a uma adequação postural, com isso, deve utilizar equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas, recursos e equipamentos, textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação e criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar.

O ambiente tanto quanto os recursos, devem minimizar as limitações funcionais, motoras e sensoriais do indivíduo e potencializar suas habilidades; sendo a chamada tecnologia assistiva a área que desenvolve instrumentos, recursos, aparelhos ou procedimentos, que ampliam ou restauram a funcionalidade. No Brasil, a tecnologia assistiva adquire novas denominações: equipamentos adaptados, recursos tecnológicos adaptados, atividade motora adaptada e mais recentemente ajudas técnicas.

São necessárias algumas competências para o desenvolvimento de ajudas técnicas para o aluno com necessidades educacionais especiais, tais como: perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos, flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento e avaliar a eficácia do processo educativo.

Já a construção de recursos pedagógicos adaptados necessita da representação da ideia, que seria a definição de materiais, as dimensões do objeto, formas, medidas, peso, textura e cor. Depois, deve-se construir o objeto para experimentação na situação real de uso, seguido da avaliação da utilização. Para isso, devemos considerar se

atendeu a necessidade no contexto determinado. E, por fim, acompanhar o uso, para verificar possibilidades de novas adaptações.

O material pedagógico dá suporte ao processo educacional, quando são respeitadas as condições físicas, sensoriais e de aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Para isso, a criatividade, a inventividade aliadas à metodologia e didática do professor são fundamentais no processo de ensino, que juntamente com o apoio do professor especializado devem favorecer o acesso do aluno ao currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar para ser realizada com sucesso deve atender as necessidades físicas, materiais e humanas (social, emocional, afetiva) do indivíduo. O envolvimento do professor regente, juntamente com o apoio do professor especialista é fundamental para a inserção escolar do aluno com deficiência, o que possibilita aos profissionais envolvidos, a ampliação e troca de conhecimentos para melhor atender o aluno que apresenta algum tipo de deficiência.

Vale destacar a resistência ainda presente de profissionais que alegam não estarem preparados para atender esses alunos, não só por questões estruturais e pela falta de formação. Este entendimento é, em parte, sustentado pela ausência de professores do ensino regular que por diferentes motivos não aderem às discussões ofertadas. Tal afirmação é pertinente tendo como exemplo a não participação destes profissionais aos encontros propiciados pelo Grupo de Estudos que foi formado no processo de intervenção propiciado por esta pesquisa e relatado por professores que participaram das reuniões no decorrer dos atendimentos às escolas.

Em contrapartida, não se pode ignorar as dificuldades inerentes ao processo de inclusão, que passam pela própria complexidade do processo, estando presentes às dificuldades de ordem política, econômica e social.

No entanto, criar espaços e momentos de reflexão, revisão de práticas pedagógicas e de rupturas de concepções, tendo como meio a elaboração de materiais pedagógicos de pequeno porte e/ou adaptados, é possível a construção de outros caminhos, que visem oportunizar intervenções enriquecedoras para o processo de

ensino-aprendizagem; não somente para o aluno com necessidades educacionais especiais, como também para os demais alunos.

“Todos os alunos não apenas se beneficiam academicamente, como também expandem suas oportunidades de futuro sucesso quando os ambientes educacionais são inclusivos” (STAINBACK, 2005, p. 24).

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado, o encontro da figura do professor especializado e professor regente, podem cumprir, um importante papel quando atuam de forma colaborativa na definição de estratégias pedagógicas, disponibilizando trocas de conhecimentos que favoreçam o acesso do aluno ao currículo comum, sua interação no grupo, participação em todos os projetos e atividades pedagógicas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a Deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AQUINO, J. Groppa (Org.). **Diferenças e Preconceito na Escola – Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998. pp. 7-29.

BARROSO, João. **Factores organizacionais da exclusão escolar: a inclusão exclusiva**. In: RODRIGUES, David (Org). **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade**. Porto, Portugal: Editora Porto, 2003, p. 27.

BERSCH, Rita. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BERSCH, Rita, MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física**. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira *et al* (Orgs). **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2008. pp. 43-61.

BRASIL: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008. pp. 75-190.

GÓES, Ricardo Schers de. **O Material Pedagógico Adaptado como Ferramenta e não como Fim: uma Reflexão a respeito da Inclusão de Pessoas com Deficiência Neuro-Motora**. Disponível em <http://fórum.ulbratorres.com.br/2008/.../PALESTRA%205%20-%20GOES.pdf> Acesso em 02/04/10.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos de Defectologia: obras completas: tomo cinco**. Cuba: Pueblo y Educacion, 1983.

STAINBACK, S.B. **Inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola.**
Revista Pedagógica Pátio. Porto Alegre: Artmed. nov /Jan. 2005.